



Laboreal

Volume 12 N°1 | 2016

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI):
protetores, mas nem sempre

Editorial

Liliana Cunha



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/2818>

DOI: 10.4000/laboreal.2818

ISSN: 1646-5237

Editora

Universidade do Porto

Refêrencia eletrónica

Liliana Cunha, « Editorial », *Laboreal* [Online], Volume 12 N°1 | 2016, posto online no dia 01 julho 2016, consultado o 24 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/laboreal/2818> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/laboreal.2818>

Este documento foi criado de forma automática no dia 24 setembro 2020.



Laboreal está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Editorial

Liliana Cunha

NOTA DO EDITOR

<http://dx.doi.org/10.15667/laborealxii0116lc>

- 1 A Laboreal propõe neste número de julho um debate que se impõe retomar e renovar, e que constituiu o mote de mais um dossier temático, consagrado ao tema “Os equipamentos de proteção individual (EPI): protetores, mas nem sempre”.
- 2 Ora preconizado de forma normalizada e neutra face às situações concretas de trabalho, ora perspectivado como um mal menor, o uso dos EPI e o seu estatuto de “proteção” branqueia não raras vezes uma ameaça invisível, somente desvelada na descoberta da atividade de trabalho e no diálogo com os trabalhadores que os usam, como é transversalmente ilustrado nos artigos apresentados no âmbito deste dossier.
- 3 É inegável a existência hoje de mais alternativas e de mais aspetos a considerar na escolha dos EPI’s. Não obstante, os contributos dos autores referenciados neste número da Laboreal questionam se a escolha não poderá ser, antes de mais, analisar o trabalho, ouvir os seus protagonistas, compreender os paradoxos que o uso dos EPI muitas vezes entrevê (entre proteger e perigar). Sustenta-se, assim, que os conhecimentos científicos nesta matéria não podem ser considerados à margem de uma reflexão sobre as condições em que são produzidos - em função do acesso consentido ou não aos locais de trabalho, da escuta do ponto de vista dos trabalhadores, e mesmo da participação ou não dos atores da segurança e saúde no trabalho na arena das negociações sobre as políticas definidas.
- 4 Uma abordagem de terreno; a análise de diferentes atividades e riscos do trabalho; em diferentes geografias, reforçam a diversidade dos contributos apresentados no quadro deste dossier - que integra cinco “pesquisas empíricas” e um artigo enquadrado na rubrica “instrumentos de investigação” - cuja estrutura e apresentação mais detalhada é feita por Francisco Duarte, Laurence Théry e Carolina Ullilen.

- 5 O resumo de tese de Justine Arnaud remete-nos a uma discussão sobre a noção de “ambiente capacitante”, entendido como a tradução, materializada em condições de trabalho concretas, de um compromisso entre a sustentabilidade dos sistemas de trabalho, a saúde, a segurança e o desenvolvimento dos indivíduos. A abordagem metodológica preconizada na situação em análise, relativa a uma multinacional francesa no momento crítico da implementação de Centros de Serviços Partilhados (CSP), constitui exemplo da forma como é pensada a conceção de ambientes capacitantes e, a longo prazo, organizações capacitantes.
- 6 Régis Ouvrier-Bonnaz, responsável pela rubrica ‘textos históricos’, propõe-nos um texto de Maurice Reuchlin, de 1978. Não só corresponde à vontade de homenagear um dos maiores psicólogos de Século XX, recentemente falecido, como pronuncia uma interpelação que mantém toda a sua atualidade - o debate entre uma “psicologia do laboratório” e uma “psicologia do terreno” -, trespassando a mera ideia de investigação em lugares distintos. É uma discussão que se mantém contemporânea, como reforça Jacques Leplat no seu comentário sobre este texto, mesmo que em moldes diferentes... atravessando tão frequentemente a “*démarche* do investigador”, e no que ele pode configurar como resposta aos ditames da “ciência aplicada”.
- 7 Chegamos ao Dicionário e encontramos, sem surpresa pela ordem prosseguida, as letras “O” e “P”. Podemos, talvez, ser surpreendidos pela ousadia na escolha das palavras... Em primeiro lugar, porque “OIT” não é uma palavra, e porque Augusto Rogério Leitão nos desafia a compreender “o edifício político-institucional” e ação da OIT, na defesa dos direitos da.o.s trabalhadora.e.s., a par da sua evolução contextualizada em momentos históricos distintos, e remetendo-nos a escalas de análise distintas. E, em segundo lugar, porque “Preguiça” é uma vil palavra, que não se pronuncia, que se silencia no trabalho e entre os que sobre ele trabalham. Utopia, ou não... Suzana Albornoz fala-nos de um direito à preguiça...! Ou melhor, o direito à conceção de um outro mundo possível no trabalho.
- 8 Contamos neste número, uma vez mais, com a colaboração de um número significativo de membros dos Comités da revista no processo de peritagem – mais ainda dos colegas Fausto Mascia, Sophie Prunier-Poulmaire, Raoni Rocha, Edison Renato Silva e Ana Luisa Telles. A todos, um forte agradecimento.
- 9 A todos os leitores, fica então o convite a uma proposta de leitura destes contributos, com a convicção também de que permitirão uma reflexão para além do que aqui se anuncia...
- 10 Pelo Comité Editorial de Laboreal,
- 11 Liliana Cunha

AUTOR

LILIANA CUNHA

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto, Centro de Psicologia da
Universidade do Porto

Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto, Portugal

lcunha@fpce.up.pt